



## PREFÁCIO

### ESBOÇO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

Estado Constitucional já não pode ser compreendido senão como, para além de um Estado Democrático e Social de Direito, um Estado Ambiental, que, numa fórmula-síntese, aceita o rótulo de Estado Socioambiental.

A Constituição Federal de 1988 se insere plenamente nesta quadra e representa um dos primeiros grandes momentos jurídico-constitucionais (pelo menos no que diz respeito ao nível textual) no âmbito deste progressivo movimento de constitucionalização da garantia dos “processos ecológicos essenciais” e “esverdeamento do Direito, que tem marcado a evolução internacional, pelo menos desde a Conferência de Estocolmo de 1972.

Nesta perspectiva, doutrina e jurisprudência passaram, cada vez mais, a incorporar uma “consciência ecológica” e, mediante processo de permanente atualização, assegurar a efetividade dos programas constitucionais e legislativos de proteção ao ambiente, o que também tem sido o caso do Brasil, produtor de uma vasta literatura, mas também de paradigmática jurisprudência nesta seara.

Por outro lado, o compromisso com um ambiente ecologicamente equilibrado tem sido conciliado com a progressiva realização dos direitos sociais, econômicos e culturais, de modo que, no assim chamado Estado de Direito Socioambiental – nos pilares da função social e ecológica da propriedade, na solidariedade intergeracional e no princípio da proibição de retrocesso –, a noção de desenvolvimento e desenvolvimento somente faça sentido na perspectiva de uma sustentabilidade que integra, dinâmica e dialeticamente, os eixos do social, do econômico e do ambiental, de forma que nenhuma das três facetas assuma posição superior. Assim, o novo paradigma não opera por hierarquia, mas por convergência, o que, claramente, exclui o entendimento de que tudo se faz em favor e por conta da vida, em detrimento das suas formas e matizes.

O trabalho que ora tenho a satisfação de prefaciarmos reúne textos de Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer, cujo fio condutor é uma teoria constitucional fundada na tutela da vida, que reúne Natureza e ser humano e que assume, ao agregar textos autônomos, uma autêntica introdução ao Direito Constitucional Socioambiental, visto que abarca temas como a dignidade da vida humana



e não humana, a noção de um mínimo existencial ecológico, os deveres fundamentais nessa esfera, a proibição de retrocesso na perspectiva da proteção ambiental e o papel do Poder Judiciário na proteção e efetivação desses novos direitos e deveres.

Não só pela sólida formação acadêmica e rigor dogmático de seus autores, juristas dos mais respeitados, nacional e internacionalmente, os textos reunidos nesta obra referenciam e dialogam com a melhor e mais moderna doutrina brasileira e estrangeira, destacando-se a intensa citação de decisões judiciais e a incorporação ao discurso ambiental da avançada teoria dos direitos fundamentais, tudo a contribuir para uma análise produtiva e apta a agregar valor a um debate necessário, mas ainda carente de maior investimento e profundidade, a despeito dos enormes avanços já alcançados.

ANTONIO HERMAN BENJAMIN

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Professor da Universidade Católica de Brasília e da University of Texas School of Law, copresidente da International Network for Environmental Compliance and Enforcement – INECE e vice-presidente da Comissão de Direito Ambiental da UICN